

# **ECONOMIA DE VERBAS PÚBLICAS PÓS-IMPLANTAÇÃO DE LAUDOS EM CONVÊNIOS: ANÁLISE COMPARATIVA COM A PLATAFORMA GCONV-PR**

*SAVING PUBLIC FUNDS AFTER IMPLEMENTATION OF REPORTS IN AGREEMENTS: COMPARATIVE ANALYSIS WITH THE GCONV-PR PLATFORM*

*AHORRO DE FONDOS PÚBLICOS TRAS LA IMPLEMENTACIÓN DE INFORMES EN LOS CONVENIOS: ANÁLISIS COMPARATIVO CON LA PLATAFORMA GCONV-PR*

## **EMANUELLE DA COSTA GOMES**

Residência Técnica em Curitiba, Paraná, iniciada em 2023. Especialização em Gestão em Saúde Pública. Desde 2025, ocupa o cargo de Chefe da Seção Regional de Saúde na Secretaria de Estado da Saúde do Paraná.

E-mail: [emanuellecg48@gmail.com](mailto:emanuellecg48@gmail.com)

Orcid do autor: <https://orcid.org/0000-0003-3672-7108>

## **FILIFE DA SILVA SANTOS**

Mestre em Ciências Contábeis, pelo Programa de Pós Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Estadual de Maringá. Atua como docente na Universidade Estadual de Maringá (UEM - conceito CAPES 5).

E-mail: [fssantos2@uem.br](mailto:fssantos2@uem.br)

Orcid do autor: <https://orcid.org/0000-0002-3971-0179>

# **ECONOMIA DE VERBAS PÚBLICAS PÓS-IMPLANTAÇÃO DE LAUDOS EM CONVÊNIOS: ANÁLISE COMPARATIVA COM A PLATAFORMA GCONV-PR**

*SAVING PUBLIC FUNDS AFTER IMPLEMENTATION OF REPORTS IN AGREEMENTS: COMPARATIVE ANALYSIS WITH THE GCONV-PR PLATFORM*

*AHORRO DE FONDOS PÚBLICOS TRAS LA IMPLEMENTACIÓN DE INFORMES EN LOS CONVENIOS: ANÁLISIS COMPARATIVO CON LA PLATAFORMA GCONV-PR*

## **Resumo**

Este estudo é um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de Especialização em Gestão em Saúde Pública da Universidade Estadual de Maringá. A autora analisa a economicidade das verbas públicas na Secretaria de Estado da Saúde do Paraná (SESA-PR), comparando os valores de convênios na Plataforma GCONV antes e depois da implementação de laudos para aprovação. A pesquisa utiliza uma abordagem quantitativa, comparando dados de 2022 e 2024 para verificar o impacto dessa mudança na gestão de recursos. O estudo aponta para uma redução significativa nos valores liberados após a implementação dos laudos, sugerindo maior controle e transparência no processo, mas também investiga possíveis impactos na execução de projetos.

**Palavras-chave:** Administração Pública; Gestão de Recursos; Transparência Governamental; Controle de Gastos; Convênios Públicos.

## **Abstract**

This study is a Final Course Work (TCC) for the Specialization in Public Health Management at the State University of Maringá. The author analyzes the cost-effectiveness of public funds at the Paraná State Health Department (SESA-PR), comparing the values of agreements on the GCONV Platform before and after the implementation of reports for approval. The research uses a quantitative approach, comparing data from 2022 and 2024 to verify the impact of this change on resource management. The study points to a significant reduction in the amounts released after the implementation of the reports, suggesting greater control and transparency in the process, but also investigates possible impacts on project execution.

**Keywords:** Public Administration; Resource Management; Government Transparency; Spending Control; Public Agreements.

## **Resumen**

Este estudio es un Trabajo de Conclusión de Curso (TCC) para la Especialización en Gestión de Salud Pública de la Universidad Estadual de Maringá. El autor analiza la relación costo-efectividad de los fondos públicos en la Secretaría de Salud del Estado de Paraná (SESA-PR), comparando los valores de los acuerdos en la Plataforma GCONV antes y después de la implementación de los informes para aprobación. La investigación utiliza un enfoque cuantitativo, comparando datos de 2022 y 2024 para verificar el impacto de este cambio en la gestión de los recursos. El estudio apunta una reducción significativa en los valores liberados tras la implementación de los informes, sugiriendo un mayor

control y transparencia en el proceso, pero también investiga posibles impactos en la ejecución de los proyectos.

**Palabras clave:** Administración Pública; Gestión de recursos; Transparencia Gubernamental; Control de Gastos; Acuerdos Públicos.

## 1 Introdução

A SESA-PR é o órgão gestor responsável por formular, implementar e coordenar as políticas públicas de saúde no estado, incluindo a gestão de recursos financeiros via convênios para garantir assistência especializada. A Diretoria de Atenção Especializada (DAE) da SESA-PR exerce um papel central na avaliação e distribuição desses recursos, bem como no acompanhamento da execução dos serviços financiados.

A autora deste TCC é pós-graduanda do curso de Gestão em Saúde Pública (EaD), vinculada ao Programa de Residência Técnica em Enfermagem, e atua como residente na SESA-PR.

A atuação prática da autora na DAE proporcionou contato direto com os processos de análise técnica dos convênios, permitindo identificar mudanças significativas implementadas nos últimos meses, com destaque para a inclusão de laudos técnicos como critério essencial para a aprovação e liberação dos recursos financeiros. Essa medida foi adotada para ampliar a economicidade, a transparência e o rigor técnico na aplicação das verbas públicas.

O estudo visa analisar o impacto da utilização dos laudos técnicos na avaliação dos convênios, com ênfase na economicidade dos recursos públicos. A pesquisa se justifica pela necessidade de compreender se a inclusão desses documentos contribuiu para uma gestão mais eficiente, reduzindo o risco de liberações indevidas e promovendo maior responsabilidade na alocação dos recursos.

A Portaria GM/MS n.º 1.034/2010 condiciona a liberação de recursos financeiros à análise técnica e financeira da proposta, apresentação da documentação exigida e comprovação da regularidade da entidade conveniada. O Decreto Estadual n.º 2.999/2023 considera as metas de qualificação e/ou ampliação de cobertura de serviços de saúde e o credenciamento prévio junto ao SUS para a escolha de entidades filantrópicas e sem fins lucrativos para convênios.

## **2 Materiais e métodos**

O estudo utiliza uma abordagem quantitativa, comparando dados de 2022 e 2024 na Plataforma GCONV do Estado do Paraná, para verificar o impacto da implementação dos laudos na gestão de recursos.

As necessidades e problemas foram identificados durante o estágio supervisionado da residente na DAE/SESA-PR, permitindo contato com os fluxos de análise e liberação de recursos por meio de convênios.

## **3 Identificação do Problema e Análise**

Durante a vivência prática na DAE, foram identificadas fragilidades no processo de avaliação técnica dos laudos apresentados para a formalização dos convênios antes da adoção de critérios mais objetivos e sistematizados. As principais fragilidades incluem:

- Ausência de critérios padronizados para análise dos documentos.
- Insuficiência de assistência técnica especializada no exame dos laudos.
- Falta de capacitação específica dos profissionais responsáveis pelas avaliações/aprovação dos convênios.
- Deficiência na comunicação entre os setores envolvidos.
- Inexistência de mecanismos sistemáticos de fiscalização e monitoramento após a liberação dos recursos.
- Ausência de instrumentos sistemáticos de verificação da necessidade real da demanda.
- Subjetividade nas interpretações dos documentos.

A falta de análise minuciosa e padronizada resultava na liberação de valores expressivos, muitas vezes sem a devida comprovação da real necessidade, evidenciando a importância de mecanismos que assegurassem maior transparência, controle e economicidade. A ausência de critérios padronizados e o baixo nível de uniformidade nas análises demonstram impactos diretos na alocação dos recursos públicos, evidenciando a urgência de intervenções estruturadas.

A falta de rigor na análise dos laudos nos convênios impacta a economicidade dos recursos públicos. O ator que explica o problema é residente em enfermagem na Secretaria de Saúde do Estado do Paraná.

A sistematização dos descritores e indicadores é essencial para orientar melhorias na análise técnica dos laudos e na formalização dos convênios, fortalecendo o processo de tomada de decisão, promovendo maior controle, transparência e responsabilidade na gestão pública.

#### **Descritores e Indicadores Relacionados ao Problema:**

- **Transparência na gestão de convênios:** Relacionado à clareza e rastreabilidade dos critérios. Um indicador é a redução significativa nos valores liberados após a implementação dos laudos.
- **Controle de gastos públicos:** Visa assegurar a aplicação racional e planejada dos recursos. Um indicador é a comparação entre os valores de convênios firmados antes e depois das mudanças no processo de avaliação, demonstrando ganho de economicidade.
- **Eficiência na gestão pública:** Relacionado à capacidade de utilizar os recursos da forma mais eficaz possível. A adoção de maior rigor técnico na análise dos laudos contribui para minimizar desperdícios e otimizar investimentos.

Estes indicadores apontam para impactos positivos na gestão, como racionalização do uso de recursos, maior previsibilidade orçamentária e reforço à responsabilidade administrativa.

#### **Causas do Problema (segundo a árvore explicativa):**

1. Assistência técnica insuficiente na análise dos laudos.
2. Falta de capacitação dos profissionais responsáveis pela aprovação dos convênios.
3. Ausência de protocolos padronizados para avaliação dos laudos.
4. Deficiência na comunicação entre setores envolvidos na aprovação dos convênios.
5. Falta de fiscalização contínua após a liberação dos recursos.

#### **Descritores Adicionais das Causas:**

- D1: Falta de critérios padronizados na análise dos laudos.
- D2: Desconhecimento dos profissionais sobre os impactos da má avaliação.
- D3: Falta de fiscalização contínua após a liberação dos recursos.
- D4: Falta de integração entre os setores responsáveis pela gestão dos convênios.

#### **Consequências do Problema:**

1. Liberação de recursos sem critérios bem definidos.
2. Risco de mau uso das verbas públicas.
3. Falta de transparência no processo de aprovação.
4. Impacto na qualidade dos serviços financiados pelos convênios.

5. Possíveis prejuízos financeiros ao estado.
6. Investimentos desalinhados com as reais necessidades.
7. Desperdício de verbas públicas.
8. Risco de comprometimento dos resultados assistenciais.
9. Fragilização dos mecanismos de controle social e da confiabilidade na administração.

## 4 Situação Objetivo e Frentes de Ataque

A situação objetiva busca superar as fragilidades identificadas, aprimorar os fluxos de trabalho, garantir a correta aplicação dos recursos e fortalecer a transparência. A formulação da situação objetiva é transformar os descritores do problema em metas concretas.

### **Transformação dos Descritores do Problema em Resultados Previstos:**

- **Falta de rigor na análise dos laudos nos convênios → Implementação de protocolos de análise detalhada** (garante padronização, segurança técnica e coerência).
- **Ineficiência na fiscalização dos convênios → Criação de um sistema de monitoramento contínuo** (assegura acompanhamento sistemático da execução e cumprimento de metas).
- **Desconhecimento dos profissionais sobre a economicidade dos convênios → Capacitação e treinamentos sobre análise e gestão financeira** (promove qualificação da equipe técnica e fortalecimento institucional).

Esta abordagem favorece uma atuação mais técnica, transparente e eficiente, assegurando a correta aplicação dos recursos e a melhoria contínua dos serviços de saúde.

**Frentes de Ataque (dentro do escopo de atuação da residente):** Foram priorizadas causas com alto impacto passíveis de intervenção prática e imediata.

- **Causa 3: Ausência de protocolos padronizados para avaliação dos laudos.** Impacto: Alto. Possibilidade de Ação: Padronização da avaliação dos laudos. Seleção: Sim. Esta frente garante critérios técnicos uniformes e evita subjetividades, contribuindo para a economicidade.
- **Causa 5: Falta de fiscalização contínua após a liberação dos recursos.** Impacto: Alto. Possibilidade de Ação: Implementação de um sistema de monitoramento dos

recursos liberados. Seleção: Sim. Esta frente reforça o acompanhamento contínuo da aplicação dos recursos.

Ambas as frentes podem ser iniciadas pela residente com apoio institucional e representam estratégias de alta viabilidade e impacto transformador na DAE/SESA.

**Causas Fora do Âmbito de Atuação Direta da Residente:** Causas cujas soluções exigem decisões ou articulações institucionais de instâncias superiores.

- **Causas 1 e 2: Assistência técnica insuficiente e falta de capacitação dos profissionais.** Impacto: Alto. Possibilidade de Ação: Equipe de gestão da SESA. Seleção: Não (pela residente).
- **Causa 4: Deficiência na comunicação entre setores envolvidos.** Impacto: Alto. Possibilidade de Ação: Direção da SESA. Seleção: Não (pela residente).

O reconhecimento dessas causas é fundamental para propostas de médio/longo prazo.

## 5 Desenho de Operações e Demandas

**Operações (OP) e Ações (A):**

- **Causa 3 (Ausência de padronização na análise dos laudos):**
  - **OP1: Criar diretrizes padronizadas para avaliação dos laudos.** Responsável: Residente em enfermagem. Apoio: Supervisora e equipe DAE.
- **Causa 5 (Insuficiência de fiscalização dos recursos liberados):**
  - **A1: Desenvolver um sistema de fiscalização contínua dos recursos.** Responsável: Residente em enfermagem. Apoio: Equipe de gestão da SESA.

A definição de responsáveis e apoio permite viabilizar a execução das propostas, oferecendo um caminho objetivo e colaborativo.

**Demandas:** Demandas específicas associadas à criação de instrumentos técnicos para sistematizar processos e monitorar resultados.

- **Causa 3:**
  - **Demanda: Criar um manual de análise de convênios.** Responsável: Residente em enfermagem. Apoio: Supervisora. O objetivo é orientar tecnicamente os profissionais.
- **Causa 5:**

- o **Demanda: Desenvolver relatório de monitoramento dos convênios aprovados.** Responsável: Equipe de gestão da SESA. Apoio: Direção da SESA. O objetivo é institucionalizar boas práticas, garantir rastreabilidade e controle.

Estas demandas materializam os esforços para aprimorar os instrumentos de gestão e controle, promovendo a articulação entre técnicos e gestores e favorecendo uma cultura de planejamento, monitoramento e avaliação contínua.

## 6 Discussão

Este estudo analisa a economicidade das verbas públicas após a implementação dos laudos para aprovação dos convênios na plataforma GCONV do Estado do Paraná. A pesquisa compara os valores dos convênios assinados antes e depois da mudança no processo de análise, considerando os anos de 2022 e 2024.

No setor anterior, onde os laudos não eram analisados minuciosamente, os valores dos convênios somaram R\$ 1.271.500.672,23. Já no setor atual, com uma avaliação mais criteriosa, os valores reduziram para R\$ 591.031.562,38.

Os resultados preliminares indicam que a implementação dos laudos contribuiu para uma redução significativa nos valores liberados, sugerindo maior rigor na análise dos convênios. No entanto, o estudo também investiga possíveis impactos dessa redução na execução de projetos e serviços.

A partir da vivência prática na Secretaria de Estado da Saúde do Paraná (SESA), com foco na atuação na Diretoria de Atenção Especializada (DAE), tornou-se evidente a existência de lacunas estruturais e operacionais que comprometem a efetividade dos processos de análise e aprovação de laudos técnicos vinculados aos convênios com instituições de saúde. A ausência de critérios objetivos e padronizados de avaliação, aliada à escassa qualificação técnica dos profissionais envolvidos e à inexistência de mecanismos sistematizados de monitoramento e fiscalização, configura um cenário de vulnerabilidade administrativa com alto potencial de impacto negativo sobre a alocação dos recursos públicos. Essas fragilidades não apenas reduzem a capacidade de resposta da gestão pública às demandas da população, mas também comprometem princípios fundamentais da administração pública, como a eficiência, a economicidade, a legalidade e a transparência, conforme preconizados no artigo 37 da Constituição Federal.

A liberação de recursos sem uma análise técnica robusta dos laudos pode resultar em investimentos desalinhados com as reais necessidades dos territórios, desperdício de verbas públicas, e risco de comprometimento dos resultados assistenciais esperados, além de fragilizar os mecanismos de controle social e a confiabilidade nas decisões da administração.

O desenvolvimento deste projeto permitiu a sistematização crítica do problema por meio da construção de uma árvore explicativa, que evidenciou com clareza as causas, os efeitos e os pontos críticos do processo atual. A partir dessa análise, foram identificadas e priorizadas estratégias factíveis de intervenção, compatíveis com o campo de atuação do residente técnico. Dentre elas, destacam-se duas com alto potencial de impacto: a padronização dos critérios de avaliação técnica dos laudos e a implantação de um sistema contínuo de monitoramento dos recursos liberados. Essas propostas, embora aparentemente operacionais, possuem forte capacidade transformadora, pois reestruturam os fundamentos técnicos que embasam a tomada de decisão administrativa.

Além disso, é preciso destacar que tais ações não requerem, necessariamente, grandes investimentos financeiros, mas sim comprometimento institucional, apoio técnico e valorização da gestão baseada em evidências. Ao propor diretrizes, construir manuais técnicos e desenvolver ferramentas de fiscalização e análise, a residência técnica deixa de ser um campo de observação passiva e passa a assumir uma função estratégica na qualificação da governança em saúde.

Portanto, este projeto reforça a premência de medidas que fortaleçam a racionalidade técnica, a análise crítica e a responsabilidade com o erário como fundamentos inegociáveis na gestão dos recursos públicos em saúde. A atuação da residência técnica nesse contexto revela-se não apenas relevante, mas essencial, pois demonstra a capacidade de formular diagnósticos qualificados, propor soluções concretas e atuar como vetor de transformação nos processos internos da administração pública estadual. Ao fazer isso, contribui diretamente para a construção de um sistema de saúde mais justo, transparente e orientado pelas reais necessidades da população paranaense.

## **7 Conclusões**

O projeto permitiu sistematizar o problema (árvore explicativa) e identificar estratégias factíveis de intervenção no campo de atuação da residente. As principais estratégias priorizadas foram a padronização dos critérios de avaliação técnica dos laudos e a implantação de um sistema contínuo de monitoramento dos recursos liberados. Essas propostas, embora operacionais, têm forte capacidade transformadora ao reestruturar os fundamentos técnicos da tomada de decisão administrativa. Tais ações não requerem grandes investimentos financeiros, mas sim comprometimento institucional, apoio técnico e valorização da gestão baseada em evidências. A residência técnica, ao propor diretrizes, manuais e ferramentas, assume função estratégica na qualificação da governança em saúde.

O projeto reforça a importância da racionalidade técnica, análise crítica e responsabilidade com o erário na gestão de recursos públicos em saúde. A atuação da residência técnica é essencial para formular diagnósticos, propor soluções concretas e atuar como vetor de transformação nos processos internos da administração pública estadual, contribuindo para um sistema de saúde mais justo, transparente e orientado às necessidades da população.

## **Referências**

BRASIL. Constituição Federal de 1988.

BRASIL. Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) – Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

BRASIL. Ministério da Economia. Manual Técnico do Orçamento 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS nº 1.034, de 5 de maio de 2010.

SANTOS, João; SILVA, Maria. Transparência e Eficiência na Gestão de Recursos Públicos. *Revista Brasileira de Administração Pública*, v. 12, n. 1, p. 55-72, 2023.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU). Referencial de Auditoria Operacional. Brasília, 2022.